DOUTRINA DIRECIONADA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Introdução Ao Direito Administrativo
Princípios Administrativos
QUESTÕES PROPOSTAS
SEMANA GRATUITA

aprovação PGE
Planejamento e Gestão do Estudo

PREZADOS ALUNOS, A DISPONIBILIZAÇÃO DAS QUESTÕES PROPOSTAS PARA CADA PDF DE DOUTRINA LIBERADO PARA O ESTUDO SEMANAL DOS ALUNOS DAR-SE-Á VIA PLATAFORMA, ATRAVÉS DE NOSSO SISTEMA DE RESOLUÇÃO DE QUESTÕES.

A FIM DE PROPORCIONAR UMA MELHOR EXPERIÊNCIA DA SEMANA 01 GRATUITA, E APENAS NELA, DISPONIBILIZAMOS TAIS QUESTÕES EM PDF, PARA QUE TODOS QUE DESEJEM POSSAM TER ACESSO A ELAS. O ACESSO POSTERIOR ÀS QUESTÕES REFERENTES ÀS METAS DAS SEMANAS VINDOURAS DE ESTUDO CONTINUARÁ ACONTECENDO VIA PLATAFORMA.

QUESTÕES PROPOSTAS

01 - 2017 - CESPE - PGE-SE - Procurador do Estado – ADAPTAÇÃO @APROVAÇÃOPGE
Considerando os princípios constitucionais e legais, implícitos e explícitos, que regem a atividade da administração pública, julgue o item abaixo:
Os princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público guiam a atuação do administrador, de modo que apenas o juízo discricionário excepciona-se ao controle judicial.

COMENTÁRIO

O controle jurisdicional sobre os atos oriundos dos demais Poderes (Executivo e Legislativo) restringe-se aos aspectos de legalidade (juridicidade), sendo vedado ao Poder Judiciário substituir-se ao administrador e ao legislador para definir, dentro da moldura normativa, qual a decisão mais conveniente ou oportuna para o atendimento do interesse público, sob pena de afronta ao princípio constitucional da separação de poderes. Portanto, o Judiciário deve invalidar os atos ilegais da Administração, mas não pode revogá-los por razões de conveniência e oportunidade.

O controle judicial da discricionariedade administrativa evoluiu ao longo do tempo. Após o abandono da noção de imunidade judicial da discricionariedade, várias teorias procuraram explicar e legitimar o controle judicial da atuação estatal discricionária, com destaque para três teorias que serão estudadas a seguir:

a) teoria do desvio de poder (détournement de pouvoir) ou desvio de finalidade;

b) teoria dos motivos determinantes; e

c) teoria dos princípios jurídicos (juridicidade).

Fonte: Rafael Carvalho Rezende Oliveira - 2017

Errado

02 - 2017 - VUNESP - TJ-SP - Juiz de Direito – ADAPTAÇÃO @APROVAÇÃOPGE
O conteúdo jurídico do princípio da moralidade administrativa pode ser conceituado como aquele que vincula a administração pública a um comportamento ético, conforme discurso da modernidade, com dimensão autônoma em relação ao princípio da legalidade.

COMENTÁRIO

O princípio da moralidade, inserido no art. 37 da CRFB, exige que a atuação administrativa, além de respeitar a lei, seja ética, leal e séria. Nesse sentido, o art. 2°, parágrafo único, IV, da Lei 9.784/1999 impõe ao administrador, mormente nos processos administrativos, a "atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé".

Fonte: Rafael Carvalho Rezende Oliveira - 2017

Trata-se de princípio que exige a honestidade, lealdade, boa-fé de conduta no exercício da função administrativa - ou seja, a atuação não corrupta dos gestores públicos, ao tratar com a coisa de titularidade do Estado. Esta norma estabelece a obrigatoriedade de observância a padróes éticos de conduta, para que se assegure o exercício da função pública de forma a atender às necessidades coletivas.

(...)

Ademais, a doutrína pátria costuma designar esta obrigatoriedade de atuação conforme padrões éticos de conduta como "Moralidade Jurídica", Daí se estabelecer que a moralidade no trato com a coisa pública que assegura a boa administração e sua disciplina interna não se confunde com a "moral social".

A "moralidade social" procura fazer uma diferenciação entre o bem e o mal, o certo e o errado no senso comum da sociedade; já a "moralidade jurídica" está ligada sempre ao conceito de bom administrador, de atuação que vise alcançar o bem estar de toda a coletividade e dos cidadãos aos quais a conduta se dirige.

Fonte: Matheus Carvalho – 2017

O princípio da moralidade impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta. Deve não só averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, mas também distinguir o que é honesto do que é desonesto.

A Constituição referiu-se expressamente ao princípio da moralidade no art. 37, caput. Embora o conteúdo da moralidade seja diverso do da legalidade, o fato é que aquele está normalmente associado a este. Em algumas ocasiões, a imoralidade consistirá na ofensa direta à lei e aí violará, *ipso facto*, o princípio da legalidade. Em outras, residirá no tratamento discriminatório, positivo ou negativo, dispensado ao administrado; nesse caso, vulnerado estará também o princípio da impessoalidade, requisito, em última análise, da legalidade da conduta administrativa.

Fonte: José dos Santos Carvalho Filho - 2017

Certo

03 - 2017 - CESPE - Prefeitura de Belo Horizonte - MG - Procurador Municipal – ADAPTAÇÃO @APROVAÇÃOPGE

Considerando as modernas ferramentas de controle do Estado e de promoção da gestão pública eficiente, julgue o item abaixo:

Devido ao fato de regular toda a atividade estatal, o direito administrativo aplica-se aos atos típicos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

COMENTÁRIO

Além da função típica de cada Poder, cada um também exerce, em caráter excepcional, como forma de garantir a harmonia constitucional entre eles, as chamadas funções atípicas. Nesse sentido, o Poder Legislativo, ao realizar um procedimento licitatório para contratação de serviços de necessidade do órgão, estará exercendo atipicamente a função administrativa. Da mesma forma, o Poder Executivo pode editar Medidas Provisórias nos moldes permitidos pela Constituição Federal, nesses casos, atuando de forma atípica na função legislativa.

É importante ressaltar que as funções atípicas devem ser analisadas em caráter excepcional, pois decorrem do faro de que a tripartição de poderes não tem caráter absoluto.

Fonte: Matheus Carvalho – 2017

Errado

04 - 2017 - CESPE - Prefeitura de Belo Horizonte - MG - Procurador Municipal – ADAPTAÇÃO @APROVAÇÃOPGE
A respeito dos princípios aplicáveis à administração pública, julgue a assertiva a seguir:

Apesar de expressamente previsto na CF, o princípio da eficiência não é aplicado, por faltar-lhe regulamentação legislativa.

COMENTÁRIO

CF - Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Inicialmente, quando da alteração constitucional, a doutrina tratava desse princípio como sendo muito fluido, configurando um verdadeiro desabafo do constituinte derivado. Contudo, o entendimento mais moderno é o de que a própria CF concretiza este princípio, sendo ele uma norma de aplicabilidade imediata. Com efeito, toda a atuação estatal pauta-se na busca pela obtenção de resultados positivos. Neste sentido, Maria Sylvia Zanella de Pietro define que "O princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público".

Errado

05 - 2017 - CESPE - TJ-PR - Juiz de Direito – ADAPTAÇÃO @APROVAÇÃOPGE
De acordo com o art. 54 da Lei n.º 9.784/1999, o direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Trata-se de hipótese em que o legislador, em detrimento da legalidade, prestigiou outros valores. Tais valores têm por fundamento o princípio administrativo da segurança jurídica.

COMENTÁRIO

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA ISONOMIA SALARIAL CONCEDIDA PELO PODER PÚBLICO COM BASE EM PARECER DA PROCURADORIA- GERAL DO ESTADO DO ACRE. VERBA DE REPRESENTAÇAO CONFERIDA AOS PERITOS CRIMINAIS DESDE 1993. SUPRESSAO POR AUSÊNCIA DE PREVISAO LEGAL PREPONDERANCIA DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA RAZOABILIDADE. CONVALIDAÇAO DOS EFEITOS JURÍDICOS. INTERREGNO DE MAIS DE DEZ ANOS. REDUTIBILIDADE SIGNIFICATIVA DOS PROVENTOS. RECURSO ORDINARIO PROVIDO.

1. O poder-dever da Administração de invalidar seus próprios atos encontra limite temporal no princípio da segurança jurídica, pela evidente razão de que os administrados não podem ficar indefinidamente sujeitos à instabilidade originada do poder de autotutela do Estado, e na convalidação dos efeitos produzidos, quando, em razão de suas consequências jurídicas, a manutenção do ato atenderá mais ao interesse público do que sua invalidação.

2. A infringência à legalidade por um ato administrativo, sob o ponto de vista abstrato, sempre será prejudicial ao interesse público; por outro lado, quando analisada em face das circunstâncias do caso concreto, nem sempre a sua anulação será a melhor solução. Em face da dinâmica das relaç6es jurídicas sociais, haverá casos em que o próprio interesse da coletividade será melhor atendido com a subsistência do ato nascido de forma irregular.

3. O poder da Administração, destarte, não é absoluto, na seara da invalidação de seus atos, de forma que a recomposição da ordem jurídica violada está condicionada primordialmente ao interesse público, O decurso do tempo ou a convalidação dos efeitos jurídicos, em certos casos, é capaz de tornar a anulação de um ato ilegal claramente prejudicial ao interesse público, finalidade precípua da atividade exercida pela Administração.

4. O art. 54 da Lei 9.784/99, aplicável analogicamente ao presente caso, funda-se na importância da segurança jurídica no domínio do Direito Público, estipulando o prazo decadencial de 5 anos para a revisão dos atos administrativo.<. viciosos {sejam eles nulos ou anuláveis) e permitindo, a contrário sensu, a manutenção da eficácia dos mesmos, após o transcurso do interregno mínimo quinquenal, mediante a convalidação ex ope temporis, que tem aplicação excepcional a situações típicas e extremas, assim consideradas aquelas em que avulta grave lesão a direito subjetivo, sendo o seu titular isento de responsabilidade pelo ato eivado de vício.

5. A efetivação do ato que reconheceu a isonomia salarial entre as carreiras de Perito Legal e Delegado de Polícia do Estado do Acre, com base apenas em parecer da Procuradoria-Geral do Estado, e o transcurso de mais de 5 anos, por inusitado que se mostre, consolidou uma situação fática para a qual não se pode fechar os olhos, vez que produziu consequuências jurídicas inarredáveis.

Precedente do Pretório Excelso.

6. Recurso Ordinário provido, para cassar o ato que suprimiu a verba de representação percebida pelos recorrentes.

RMS 24430 / AC

RECURSO ORDINARIO EM MANDADO DE SEGURANÇA

2007/0142581-3. Julgamento em 03/03/2009

Certo.

06 - 2018 - CESPE - PGM - Manaus - AM - Procurador Municipal
Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

O princípio da juridicidade, por constituir uma nova compreensão da ideia de legalidade, acarretou o aumento do espaço de discricionariedade do administrador público.

COMENTÁRIOS

O princípio da juridicidade reduz a liberdade de ação da Administração, vez que, além da submissão à lei, deverá observar os princípios constitucionais e os regulamentos que ela mesma produz, aumentando a possibilidade de revisão judicial de seus atos.

ERRADO

07 - 2018 - CESPE - PGM - Manaus - AM - Procurador Municipal
Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

Um dos aspectos da constitucionalização do direito administrativo se refere à releitura dos seus institutos a partir dos princípios constitucionais.

COMENTÁRIOS

Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro, deve-se entender a constitucionalização do Direito Administrativo "*em dois sentidos: (a) elevação, ao nível constitucional, de matérias antes tratadas*

por legislação infraconstitucional; (b) irradiação dos efeitos das normas constitucionais por todo o sistema jurídico"

Fonte: Maria Sylvia Zanella di Pietro. Direito Administrativo.

CERTO

08 - 2018 - CESPE / CEBRASPE - PGE-AM - Procurador Municipal
Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

A processualização do direito administrativo, a participação do cidadão na gestão pública e o princípio da transparência são elementos que contribuem para a democratização da administração pública.

COMENTÁRIOS

Pode-se observar que tais elementos supramencionados na questão contribuem para a democratização da administração pública, já que a processualização do direito administrativo proporciona a observância da ampla defesa e do contraditório; a participação do cidadão na gestão pública auxilia o controle dos atos administrativos pela população, e; o princípio da transparência promove a publicidade e a motivação dos atos.

CERTO

09- CESPE / CEBRASPE - 2022 - INSS - Técnico do Seguro Social - (GEX Guarulhos)

A respeito da administração pública, do direito administrativo e da organização administrativa da União, julgue o item a seguir.
O ato administrativo praticado por agente público no exercício da sua função expressa o sentido orgânico da administração pública.

COMENTÁRIOS

A administração pública em sentido formal, orgânico ou subjetivo, compreende o conjunto de entidades, órgãos e agentes públicos no exercício da função administrativa.

ERRADO

10- CESPE / CEBRASPE - 2022 - INSS - Técnico do Seguro Social

No que diz respeito à administração pública, às fontes do direito administrativo, à organização administrativa da União, à Lei n.º 8.112/1990 e aos poderes administrativos, julgue o item que se segue.

A lei é considerada a fonte primordial do direito administrativo brasileiro, razão por que esse ramo do direito público nacional se encontra codificado, ou seja, as normas administrativas estão reunidas em um só corpo de leis.

COMENTÁRIOS

O Direito Administrativo no Brasil não se encontra codificado, ou seja, os textos que regulam a atividade da Administração Pública não estão reunidos em um só corpo de lei.

ERRADO

11- CESPE / CEBRASPE - 2022 - SEE-PE - Assistente Administrativo Educacional

Acerca dos princípios da administração pública, de sua organização e controle, julgue o item que se segue.
O fato de a administração pública indeferir requerimento de um cidadão por falta de amparo legal não significa, em princípio, violação do princípio da impessoalidade.

COMENTÁRIOS

Em regra, o indeferimento por falta de amparo legal fere o **princípio da legalidade.**

CERTO

12- CESPE / CEBRASPE - 2022 - SEE-PE - Analista em Gestão Educacional – Geral

Ana, servidora pública com cargo comissionado, praticou irregularidade funcional. Caio, chefe de Ana, aplicou-lhe penalidade de suspensão de 30 dias. Inconformada, Ana apresentou recurso administrativo dirigido a Caio, visando impugnar a decisão com base no princípio da razoabilidade, por entender que a punição foi desproporcional em face do ato praticado. Além disso, Ana alegou que não poderia ser punida, porquanto os servidores comissionados não se sujeitam ao processo disciplinar.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

A razoabilidade é um princípio da administração pública expressamente previsto na Constituição Federal.

COMENTÁRIOS

CF. 88 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

ERRADO